

AMBIENTE INSTITUCIONAL E ARRANJO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO NO SAG DO CAFÉ COMMODITY E CAFÉS ESPECIAIS NO BRASIL

Maria Victória Costa e Silva (PIC/ UEM), Sandra Mara Schiavi Bánkuti (Orientadora), e-mail: smsbankuti@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais Aplicadas/
Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Administração / Administração de setores específicos

Palavras-chave: cadeia do café, regras formais, restrições informais

Resumo:

A partir dos preceitos da Nova Economia Institucional (NEI), o ambiente institucional, formado por regras formais e restrições informais, desempenha importante papel nas relações entre agentes econômicos, influenciando na configuração dos arranjos institucionais. Em cadeias produtivas, o ambiente institucional é um dos pilares para análise de competitividade. As “regras do jogo” variam de acordo com as regiões, as cadeias e os subsistemas produtivos, dentre outros fatores. Em sistemas agroalimentares diferenciados (SAD), a complexidade nas transações tende a ser mais elevada, seja pela maior especificidade de ativos, resultando em maior incerteza nas incertezas. Tais diferenças devem envolver diferenças nas “regras do jogo”. No caso do café, diferenças no ambiente institucional no SAG de café commodity e no SAD de cafés especiais devem se associar a diferentes arranjos institucionais entre produtores e compradores no Brasil. Assim, esta pesquisa teve como objetivo descrever o ambiente institucional do SAG do café no Brasil, considerando o café commodity e cafés especiais. Observam-se diferenças importantes no ambiente institucional para o SAG de cafés commodity e o SAD de cafés especiais, o que pode gerar divergências entre os agentes da cadeia, especialmente ao se considerar transações de venda de café por produtores inseridos nos dois sistemas.

Introdução

O desempenho do agronegócio depende de ganhos de competitividade dos Sistemas Agroindustriais (SAG), atrelada a um conjunto de fatores institucionais, organizacionais, econômicos, tecnológicos, logísticos e mercadológicos (BATALHA; SOUZA FILHO, 2009). Ao se considerar o ambiente institucional, North (1990) considera que as regras formais e restrições informais são importantes para definir a interação entre os agentes econômicos. Para o autor, as incertezas decorrentes da

racionalidade limitada e do conflito de interesse entre as partes elevam os custos de transação nas relações econômicas. Esses custos são decorrentes da necessidade de garantia das informações para direitos de propriedade, envolvendo mensuração, monitoramento e *enforcement* (NORTH, 1990).

Tidas como “as regras do jogo” (WILLIAMSON, 1991), as instituições moldam o comportamento dos agentes. Elas são compostas por regras formais (constituições, leis, normativas, direitos de propriedade, entre outros) e restrições informais (cultura, hábitos, costumes, códigos de conduta, entre outros) (NORTH, 1990).

Este artigo teve como objetivo identificar os diferentes subsistemas que compreendem o SAG do café, considerando o café commodity e as diferentes categorias de cafés especiais; identificar e descrever as principais regras formais, sejam elas públicas ou privadas, voluntárias ou compulsórias, que influenciam nas transações e no funcionamento da cadeia, tanto de café commodity quanto de cafés especiais; identificar e descrever as principais restrições informais que impactam no comportamento dos agentes inserido no SAG de café commodity e nos SAD de cafés especiais.

Materiais e métodos

O artigo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, através de revisão bibliográfica. Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, nos termos propostos por Cervo e Bervian (1983) e Godoi (1995). Assim, a compreensão inicial do problema se deu pelo uso de referências teóricas publicadas, buscando a compreensão das contribuições científicas sobre o tema. Em complemento, entende-se que os documentos devem ser entendidos “[...] de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade)” (GODOI, 1995, p. 21-22).

Foi feita revisão teórico-empírica sobre o setor. Foram considerados estudos que tratavam do SAG do café, tanto convencional como diferenciado, com vistas à melhor compreensão do objeto de estudo. Realizou-se também revisão de literatura sobre Sistemas Agroindustriais (SAG) e Sistemas Agroalimentares Diferenciados (SAD). Além disso, como aporte teórico, foi considerada a Nova Economia Institucional (NEI), especificamente para se compreender a relevância do ambiente institucional no funcionamento das transações econômicas e no desempenho de cadeias produtivas. Foram feitas buscas de informações sobre a legislação (leis, regulamentos, normativas, etc.) e regramento formal de caráter privado (“*private standards*”), especialmente ao se considerar as entidades representativas para o café no Brasil, tais como a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), a associação de cafés especiais (SCA) e a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC).

Resultados e Discussão

Com relação ao café commodity, o principal regramento corresponde a Instrução Normativa n.8/ 2003, do MAPA, que versa sobre o regulamento técnico de identidade e de qualidade para a classificação do café beneficiado grão cru. Este regulamento dá ênfase à qualidade enquanto ausência de defeitos, não apresentando grande detalhamento em termos de qualidade da bebida, pois envolve sabor e aroma como critérios. Há ainda a Resolução RDC n.7/2011, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que trata dos limites de ocratoxina admissíveis no café, tratando, portanto, de requisitos mínimos de qualidade (segurança do alimento).

No caso dos cafés especiais, a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) criou recentemente um sistema de certificação de cafés especiais. Esse sistema abarca um regramento voluntário para cafés verdes especiais no Brasil. Entretanto, a entidade não apresenta claramente os critérios para tal avaliação, o que pode dificultar sua adoção.

Para o SAD de cafés especiais, destaca-se a *Specialty Coffee Association* (SCA), entidade formada a partir da união da *Specialty Coffee Association of America* (SCAA) e da *Specialty Coffee Association of Europe* (SCAE). A SCA apresenta protocolos para classificação de cafés especiais, o que envolve a classificação física do grão e avaliação da bebida por provadores certificados (*Q-graders*). Tais protocolos, embora de caráter privado e voluntário, são adotados mundialmente para compra e venda de cafés especiais. Pela metodologia SCA, a classificação da qualidade da bebida envolve uma pontuação (de 60 a 100 pontos), a partir de 10 critérios distintos, e a definição do perfil da bebida (frutado, floral, nozes, chocolate, entre outros).

A partir do levantamento do regramento para o setor em estudo, foi possível identificar formas diferentes de funcionamento do SAG de café commodity e do SAD de cafés especiais. No caso de cafés já processados (torrado e moído), para comercializar cafés superiores, os produtores precisam controlar insumos críticos podem alterar a condição final do café, já que devem atender a características físicas e químicas estabelecidos por resolução específica. Devem ser seguidos requisitos específicos desde padrões de áreas externas e infraestrutura até a expedição, empresas que desejam obter Símbolo de Qualidade da ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café). Para comercializar cafés considerados gourmets, toda a produção acontece com cafés 100% arábica. Os produtores têm muito cuidado na seleção de grãos, para evitar a presença de alguns tipos de grãos, como os verdes e ardidos. Na produção também deve haver pessoal qualificado para controlar os insumos críticos e atendem a padrões específicos desde a matéria-prima até a expedição do produto.

Os produtores de café orgânico, por sua vez, adotam técnicas específicas para a produção do mesmo, para evitar pragas não usam venenos em excesso, já que precisam oferecer ao consumidor produtos saudáveis e evitar contaminação do solo. Não podem desmatar toda a área ao redor da

plantação, como intenção de preservar a diversidade biológica. Não comercializam o produto para empresas sem que o mesmo passe por uma certificação oficial e nem direto aos consumidores o reconhecimento oficial é facultativo, uma vez que um órgão fiscalizador rastreie o produto e tenha livre acesso aos locais de produção.

Conclusões

Observam-se diferenças importantes no ambiente institucional para o SAG de cafés commodity e o SAD de cafés especiais. Enquanto o primeiro envolve regramento formal com foco na qualidade enquanto requisito mínimo (ausência de defeitos e contaminação por ocratoxina), o segundo apresenta aparato institucional mais complexo, envolvendo qualidade em diferentes padrões de produto e maior detalhamento. Tais diferenças podem gerar divergências entre os agentes da cadeia, especialmente ao se considerar transações de venda de café por produtores inseridos nos dois sistemas.

Agradecimentos

Agradeço à UEM pela oportunidade de desenvolver o projeto e também agradeço à minha orientadora, Sandra Mara Schiavi Bánkuti, pela disposição e paciência que teve para me instruir nessa pesquisa.

Referências

BATALHA, M. O. SOUZA FILHO, H.M. Analisando a Competitividade de Cadeias Agroindustriais: uma proposição metodológica. In: BATALHA, M.O. SOUZA FILHO, H. M. (Eds) **Agronegócio no MERCOSUL: uma agenda para o desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: MacGraw-hill do Brasil, 1983

GODOI, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização na administração de empresas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71 Jul./Ago., 1995,

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press: 1990, 152 p.

WILLIAMSON, O. E. Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2., pp. 269-296, Jun., 1991.